

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VICTOR FERREIRA QUEIROS

OS CORSÁRIOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XVI:
O CASO DE JAMES LANCASTER

RECIFE
2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VICTOR FERREIRA QUEIROS

OS CORSÁRIOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XVI:
O CASO DE JAMES LANCASTER

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para o curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.

RECIFE
2020

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

Q3c Queiros, Victor Ferreira.
Os corsários e as relações internacionais no século XVI: o caso James Lancaster / Victor Ferreira Queiros. – Recife, 2020.
44 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Anarquia internacional. 2. Metrópoles. 3. Corsários. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.1-283)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VICTOR FERREIRA QUEIROS

OS CORSÁRIOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XVI:
O CASO DE JAMES LANCASTER

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para o curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

(Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena)

(Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis)

(Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares)

RECIFE
2020

RESUMO

A expansão global da influência ibérica no período das grandes navegações e posteriormente da colonização do novo mundo levou as relações internacionais a um novo patamar de relevância e complexidade. O conceito de anarquia internacional e as identidades e interesses dos atores internacionais são analisados através da lógica construtivista de Alexander Wendt, permitindo assim compreendê-los como um resultado de um construto político social. Neste período observa-se a relevância das rotas marítimas para as políticas de estados das metrópoles europeias, além de reforçar a relevância do conceito de múltiplos atores atrelado aos interesses destes centros, burguesia e aristocracia da época. É neste contexto que se objetiva este trabalho, que busca evidenciar a relevância da ação do corsário James Lancaster e seu interesse em saquear Pernambuco, sendo patrocinado pela Court of Aldermen no ano de 1595.

Palavras-chave: Anarquia internacional. Metrópoles. Corsários.

ABSTRACT

The global expansion of Iberian influence during the period of great navigations and later the colonization of the new world took international relations to a new level of relevance and complexity. The concept of international anarchy and the identities and interests of international actors are analyzed through Alexander Wendt's constructivist logic, thus allowing them to be understood as a result of a social political construct. In this period, the relevance of maritime routes to the policies of states in European metropolises is observed, in addition to reinforcing the relevance of the concept of multiple actors linked to the interests of these centers, bourgeoisie and aristocracy of the time. It is in this context that this work aims to demonstrate the relevance of the action of the privateer James Lancaster and his interest in sacking Pernambuco, being sponsored by the Court of Aldermen in the year 1595.

Keywords: International anarchy. Metropolises. Corsairs.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente aos meus pais; Andrea Cristina Ferreira e Kleber Queiros Garcia, por todo apoio que tenho recebido durante toda a minha vida e suporte em todas as minhas decisões. Sem o apoio da minha família tudo seria muito mais difícil ou impossível. Muito obrigado!

Em segundo lugar, gostaria de salientar a importância dos programas de assistência social que recebi durante todos os anos da minha formação, sempre em escolas públicas e com investimentos diretos do governo federal e estadual. Em especial ao PGM, programa ganhe o mundo do governo estadual, que me proporcionou um curso de inglês integral e intercâmbio de 6 meses na Nova Zelândia, sem os quais eu não teria me tornado independente financeiramente e alçado grandes voos da minha vida.

Gostaria de agradecer todo o suporte dos professores da faculdade Damas, com que dedicação e comprometimento foram essenciais na minha formação como internacionalista e como um ser humano melhor, obrigado!

Por fim, aos meus colegas e amigos, que me apoiaram durante todo esse tempo e que são testemunhas da minha evolução pessoal e profissional. A turma, crucial como um segredo de Estado, que sempre estarão presentes nas minhas memórias e bons sentimentos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. INTERAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS E O CONSTRUTIVISMO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÉPOCA.....	12
1.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CONSTRUTIVISTA	15
2. INFUÊNCIA EUROPEIA NO MUNDO.....	21
3.1 JAMES LANCASTER E O SAQUE DE PERNAMBUCO EM 1595.....	30
3.2 RELEVÂNCIA DE PERNAMBUCO E O ATAQUE	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERENCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

A influência europeia definiu a mudança que a humanidade teve ao longos dos últimos séculos da história humana. Foi através do pioneirismo ibérico que diversos povos tiveram seus primeiros contatos e desenvolveram relações comerciais e culturais de forma jamais vista. Dois reinos tiveram papéis cruciais durante os séculos XV e XVI para o desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimentos de navegação que na época eram tão preciosos quanto as especiarias que os navios portugueses e espanhóis carregavam através da rota para as Índias. Estes reinos ibéricos foram responsáveis por impulsionar o fim da Idade Média e fomentar o surgimento e reformulação das identidades dos estados, alguns ainda em formação. A influência ibérica foi responsável também em fortalecer o mercantilismo como modelo norteador de políticas estatais e econômicas em todas as áreas de influência globais (CROWLEY, 2016).

Ao longo do século XVI o Império Português se fortaleceu e intensificou o comércio internacional de especiarias, através dos seus conhecimentos marítimos e das diversas feitorias ao longo da costa africana. Os resultados iniciais das movimentações portuguesas no Brasil agradavam a burguesia lusitana e fizeram do país a colônia mais promissora, uma vez que nela se produzia o principal insumo para a produção do açúcar, em parceria com a Holanda, além de dispor de imensa reserva de Pau-Brasil, produto muito importante para o mercado europeu no início da Idade Moderna (CROWLEY, 2016). Sendo assim, a administração portuguesa fomentou a criação de vilas, povoados e feitorias ao longo da costa brasileira como forma de acelerar o processo de proteção e assegurar o domínio sobre os territórios. Neste contexto, algumas regiões ganharam destaque através da produção de cana-de-açúcar e Pau-Brasil como São Vicente, Salvador e Olinda na capitania de Pernambuco que era também conhecida internacionalmente como *Fernambuk* (FRANÇA e HUE, 2014).

A Dinastia de Avis reinou em Portugal até 1580, quando o sucessor de Dom Sebastião, Dom Henrique faleceu sem deixar herdeiro direto ao trono português, colaborando para a instabilidade na península. Neste contexto iniciou-se a disputa para a

coroação do próximo monarca, dentre os candidatos estavam Catarina de Portugal, António prior do Crato e Felipe II da Espanha, sendo seu terceiro candidato o rei da Espanha e detentor de recursos financeiros e bélicos, além de uma força marítima conhecida como “la Armada Invencible”. Assim sendo, com o apoio de importantes setores da sociedade lusitana e após vencer os combates com António do Crato, Felipe se consolida como soberano da península ibérica e une assim os dois impérios. Nos anos seguintes, Felipe II da Espanha ou Felipe I de Portugal manteve a administração portuguesa já existente, o que lhe garantiu estabilidade para controlar todas as possessões que compunham agora o seu império (MARTELO, 2005).

O governo bem sucedido de Felipe II se deu, dentre outras condicionantes, através de uma governança permitiu a manutenção das existentes relações sociais e econômicas das possessões portuguesas, além da nomeação de um vice-rei para administrar as questões portuguesas e comunicar ao monarca ibérico tudo que fosse relevante, assim como, a criação das cortes de tomar em 1581, como forma de reafirmar e legitimar o poder do monarca em seus novos territórios. Contudo, durante os 60 anos de união dinástica, algumas restrições foram aplicadas aos centros produtivos portugueses em consequência das rivalidades hispânicas para com outros estados, esse foi o caso da Inglaterra e Holanda que além de principal parceira econômica na produção do açúcar, viria a se tornar independente do reino espanhol. Neste sentido França e Hue 2014 salientam que;

Os mercadores ingleses, há anos proibidos de comerciar em portos e vilas das possessões de Filipe II, e sem acesso aos produtos que antes negociavam nos portos de Portugal e da Espanha, abriam à força os caminhos para seus negócios ultramarinos nas rotas comerciais monopolizadas pela Coroa ibérica. Cada vez mais empenhados em operações de corso, atacando e saqueando navios portugueses e espanhóis no litoral europeu e no Caribe, eventualmente pensaram no Atlântico Sul como meta, ou seja, em buscar diretamente no mercado produtor algumas das commodities que interceptavam, tais como açúcar e pau-brasil (FRANÇA e HUE, 2014, pp 48).

Neste contexto, observamos um cenário de disputas, instabilidades políticas e econômicas em diversas regiões do globo, uma vez que os Estados-Nações estavam

inseridos em uma lógica de ausência de poder coercitivo legítimo que norteasse as ações dos agentes internacionais. Seguindo uma perspectiva realista estrutural onde "as guerras ocorrem porque não há nada para impedi-las" (WALTZ 1959 p. 232), os Estados atuam dentro de um cenário que os forçam naturalmente a agir segundo as concepções de identidade e auto interesse.

Segundo a ótica construtivista através das obras de Alexander Wendt (1992) pode-se compreender o papel da construção social no entendimento das identidades e interesses dos atores dentro da anarquia, além disso as estruturas são definidas principalmente através de ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais. Assim como, as identidades e interesses dos agentes são também formadas através do compartilhamento. Tal entendimento implica na conclusão de que normas e ideias têm papel fundamental na formação dos agentes assim como na fundamentação da realidade e na definição de interesses e identidades. Neste contexto o processo de interação é formado por atores que estão imersos em uma estrutura social que os constrói (NOGUEIRA; MESARI, 2005).

A investida de James Lancaster ao Porto do Recife em 1595 pode ser considerada como um feito para a história das relações internacionais modernas, uma vez que o mesmo organizou com financiamento para uma viagem da Inglaterra à Pernambuco com intenção de saquear e se apoderar dos frutos gerados em uma das mais ricas e bem sucedidas possessões lusitanas. Este corsário protagonizou assim uma das mais bem sucedidas histórias de pirataria, financiado pela coroa britânica, e sendo nomeado Sir James Lancaster por Elizabeth I quando retornou a Londres com 15 navios abarrotados de tesouros, especiarias e Pau-Brasil, após saquear o porto do Recife por 30 dias.

Tendo em vista o cenário histórico e espaço de tempo delimitado, além da corrente de pensamento das relações internacionais citada, esta monografia foi estruturada em três partes. Na primeira foi dada atenção a compreensão da visão construtivista frente ao entendimento da formulação e estruturação do sistema anárquico no qual os Estados-Nação estão naturalmente inseridos, além de analisar as concepções de Identidade e Interesse dos atores para compreender como os mesmos se comportam dentro do sistema internacional. Assim, compreende-se a importância dos atores e das instituições levando em consideração as análises dos trabalhos científicos produzidos a luz da visão construtivista de Alexander Wendt.

Em sequência foi detalhado nos capítulos dois e três os aspectos referentes a influência ibérica ao redor do mundo no final do século XVI, como a relevância das rotas marítimas que conectavam as metrópoles e suas colônias, assim como os novos interesses da burguesia e coroas europeias no novos territórios. Neste sentido, a relevância e relevância dos novos atores buscam um cenário internacional agindo como peças fundamentais financiados pelos governos europeus. O principal exemplo estudado será o caso inglês, uma vez que a coroa britânica fincou empreendimentos com diversos corsários que ajudara o reino europeu a ganhar espaço nas rotas marítimas e consequentemente influenciaram na formação do império britânico de além mar. Desta forma, James Lancaster conseguiu, dentro do cenário retratado, trazer riquezas a Londres após o ataque a capitania de Pernambuco, fortalecer as investidas inglesas na rota marítima dominada por portugueses, e constituir o conselho de formação da Companhia das Índias Orientais, como diretor e agora na categoria de Sir inglês nomeado pela rainha Elizabeth I.

Sendo este o período histórico delimitado, pode-se observar a participação de novos agentes dentro do cenário internacional no final da idade média atrelado as novas e movimentadas rotas marítimas, principais acessos aos novos territórios sobre controle europeu. Desta forma entende-se relevante averiguar quem são e de que forma agem tais atores dentro de uma estrutura internacional em processo de expansão e definição, buscando ainda compreender a relevância que estes entes obtiveram nos últimos anos do sec. XVI.

A abordagem metodológica escolhida para a realização desta monografia será baseada na pesquisa bibliográfica secundária, tendo como ponto de partida a observação e análise de fenômenos ex-post. Para tal serão utilizados diversos trabalhos científicos produzidos, assim como as obras de caráter narrativo da época e cenário histórico escolhido e delimitado, como sites, artigos de caráter histórico cultural e periódicos na intenção de estabelecer uma relação entre a teoria construtivista de Alexander Wendt com o cenário histórico evidenciado e delimitado. Destarte, o trabalho buscará abordar uma pesquisa qualitativa através da análise dos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, bem como, apresentação de dados não-mensuráveis que possibilitará a compreensão das condicionantes da anarquia internacional e da forma como os agentes são inseridos e compelidos a agir segundo a estrutura política e econômica do contexto delimitado.

1. INTERAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS E O CONSTRUTIVISMO

Este capítulo busca apresentar um panorama referente ao contexto histórico no qual os atores internacionais estão inseridos, tendo em vista as primeiras décadas da expansão europeia em novos continentes e a relevância ibérica no além-mar. Além de ressaltar os impactos das rivalidades anglo hispânica por meio da interpretação de realidade dos agentes. Para tal, será utilizada a teoria construtivista através da interpretação das obras de Alexander Wendt.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÉPOCA

O século XVI pode ser interpretado como o resultado de uma série de mudanças que ocorreram na Europa e que modificaram definitivamente o rumo da história mundial. Neste período pode-se observar a consolidação do reino de Portugal como o primeiro império ultramarino do mundo, estendendo-se através de feitorias na costa africana e através do comércio até os territórios orientais na Ásia (BOXER, 2018).

Ao passo em que a influência portuguesa se espalhava a todas as partes do mundo conhecido, a península ibérica também detinha outra potência mundial, o reino da Espanha que assim como o português, desfrutava dos avanços tecnológico de navegação e exploração de novos territórios. Tais estudos e desenvolvidos por Portugal possibilitou ao reino lançar projetos de vanguarda para a época como as naus e caravelas que tinham autonomia para viagens de longa duração em vastos oceanos, da mesma forma que aprimorou instrumentos de navegação, o que possibilitou o estabelecimento do reino como uma potência bélica, marítima e política (CASTRO, 2012)

O território português nas américas foi dividido em capitânicas hereditárias que serviram como estratégia para conhecer e desenvolver a exploração local. Durante as primeiras décadas de exploração do continente o pau-brasil e a cana-de-açúcar foram amplamente explorados ao longo de toda a costa brasileira.

Portanto dois locais conseguiram concentrar e desenvolver bons resultados econômicos, como por exemplo a capitania de São Vicente e Pernambuco. A capitania comandada por Duarte Coelho conseguiu sucesso na produção de cana no final do século XVI ostentava Olinda como centro social, concentrado os grandes casarões dos senhores de engenho de açúcar. Ao lado de Olinda, o porto de arrecifes naturais se fortalecia e concentrava ao seu redor uma vila de

pescadores e comerciantes, [...] o Recife, então uma pequena povoação portuária aos pés de Olinda, uma das vilas mais prósperas e ricas da colônia (FRANÇA e HUE, 2014, pp 47).

Em 1578, o Império Português se encontrava no início de uma crise de sucessão ao trono, Dom Sebastião era o então Rei de Portugal e durante a guerra de Alcácer-Quibir contra os mouros no Marrocos, o mesmo desapareceu e então seu tio avô, Dom Henrique, foi coroado, contudo o mesmo faleceu dois anos depois deixando o trono novamente sem herdeiro. Neste contexto iniciou-se a disputa para a coroação do próximo monarca, dentre os candidatos estava Catarina de Portugal,

Antônio prior do Crato e Felipe II da Espanha, sendo seu terceiro candidato o Rei da Espanha e detentor de recursos financeiros e bélicos além de uma força marítima conhecida como “la Armada Invencible”. Assim sendo, com o apoio de importantes setores da sociedade lusitana e após vencer os combates com Antônio do Crato, Felipe se consolida como soberano da península ibérica, unindo assim os dois impérios. Nos anos seguintes, Felipe II da Espanha ou Felipe I de Portugal manteve a administração portuguesa já existente, o que lhe garantiu estabilidade para controlar todas as possessões que compunham agora o seu império (MARTELO, 2005).

A expansão territorial que as metrópoles europeias vivenciaram nos séculos XVI e XVII mudou a forma com que as monarquias e a igreja atuavam dentro de seus territórios, uma vez que a proporção e relevância das mesmas foram intensificadas no período de forma substancial. Os interesses nacionais foram redirecionados, e os investimentos em navegações, exploração e povoamento tiveram o mesmo impulso direcionados ao novo mundo de além mar. Assim, as rotas marítimas se estabeleceram como motor principal para a concretização dos interesses das instituições europeias e das camadas mais ricas da sociedade, que financiavam, controlavam e lucravam com os novos empreendimentos (USSELL-WOOD, 2014).

Arelado ao intenso acento entre o continente europeu e americano, observou-se um substancial incremento na quantidade de ataques e capturas de naus ibéricas vindas das colônias. Tais ataques se deram por meio de inúmeros navios piratas de diferentes nacionalidades que buscavam obter riquezas transportadas, além de adquirir tecnologias de navegação com os manuscritos utilizados. Os estados europeus fizeram uso desta situação para fortalecer suas frotas marítimas, tirando proveito dos fluxos produtivos entre as metrópoles e suas colônias, absorvendo tecnologias de navegação, assim como absorvendo informações cruciais para nortear as ações estatais para com outros reinos. Neste sentido, a Coroa Inglesa investiu em parcerias com notórios piratas que possuíam

conhecimentos de navegação e que podiam atuar como agentes estatais em águas internacionais.

Isto posto, o primeiro século da idade moderna apresentava um novo contexto e proporção que os agentes internacionais estariam inseridos. O número cada vez maior de navios capturados caracterizava um cenário onde a inexistência de uma regulamentação entre os agentes internacionais sobre suas ações a nível internacional configurava o conceito de anarquia internacional. Dentro desta realidade observa-se a reformulação das instituições que agora dispunham de novos interesses e faziam uso de suas influências de acordo com os resultados das mudanças políticas que aconteceram no período. Neste contexto, também se fortaleceu a relevância dos agentes em águas internacionais como ameaças as nações inimigas em tempos de guerras e ferramentas estatais no fortalecimento da influência monárquica no mundo em expansão.

É neste contexto político e social ambientado pela expansão das ações dos estados nos novos territórios explorados, reestruturação das sociedades, fortalecimento da ação das instituições como agentes do estado e representantes das classe burguesas e aristocráticas que os corsários adquirem relevância e prestígio dentro da sociedade e configuram uma nova força entre agentes das relações internacionais modernas. James Lancaster é tido como herói nacional inglês após seus empreendimentos financiados pela coroa britânica através da *Court of Aldermen*, em 1594.

1.2 A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CONSTRUTIVISTA

A interpretação do comportamento dos Estados no cenário internacional tem sido objeto de estudo de diversas correntes das relações internacionais, como os realistas e liberais. Dentro dos debates recorrentes, certos temas migraram de um passado que se preocupava com as teorias concorrentes da natureza humana, para o debate relacionado à ação estatal e sua influência dentro da ‘estrutura’ (anarquia e distribuição de poder), além do ‘processo’ (interação e aprendizado) e instituições (WENDT 1992).

O diálogo que sucedeu entre os neorrealistas e neoliberais passou a se basear no compromisso ao racionalismo, possibilitando assim a orientação do debate através da escolha racional. Tal movimento abriu caminho para o direcionamento dos questionamentos e interpretação as identidades e interesses dos agentes como exógenos, além de focar em como o comportamento dos agentes gera resultados. Sendo assim, entende-se que os agentes mudam o comportamento, contudo, não alteram suas identidades e interesses (WENDT, 1992).

Também observa-se o entendimento, dentro do debate Neo x Neo, que no sistema internacional os estados são os principais atores e seus comportamentos podem ser classificados pela ótica dos ganhos absolutos ou relativos, como afirma o autor;

Além dessa maneira de estruturar o problema de pesquisa, neorrealistas e neoliberais compartilham suposições geralmente semelhantes sobre agentes: os estados são os atores dominantes no sistema e definem segurança em termos de "interesse próprio". Neorrealistas e neoliberais podem discordar sobre até que ponto os estados são motivados por ganhos relativos versus absolutos, mas ambos os grupos tomam o estado de interesse próprio como ponto de partida para a teoria (WENDT, 1992 pp 392).

Dentro da visão neorrealista este ponto de partida é muito relevante uma vez que entendem a anarquia como *self-help system*, ‘sistema de autoajuda’ no qual a autoridade e segurança coletivas são ausentes. Neste contexto, entende-se a dinâmica competitiva inerente que baseia o dilema de segurança e ação coletiva.

Na visão de Keohane (1986), as teorias sociais que buscam explicar as identidades e interesses dos agentes podem ser chamados de *relativists* uma vez que enfatiza-se o

foco na construção social da subjetiva e minimiza o problema de imagem. Segundo a perspectiva Nicholas Onuf (2002) pode-se classificá-los como *construtivists*.

Observa-se ainda que o conceito de autoajuda é dado de forma exógena através da estrutura anárquica e dentro do processo:

O argumento que a política de autoajuda e de poder não segue lógica ou causalmente da anarquia e que, se hoje nos encontramos em um mundo de autoajuda, isso se deve ao processo, não à estrutura. A política de autoajuda e poder são instituições, não características essenciais da anarquia. Anarquia é o que os estados fazem disso (WENDT 1992 pp 379).

A ideia da política de poder dentro do sistema anárquico foi interpretada por autores realistas clássicos como, Reinhold Niebuhr e Hans Morgenthau que atribuíram o egoísmo dentro da política de poder à natureza humana. Na contrapartida os realistas estruturais enfatizam a anarquia, uma vez que a diferença ocorre devido às diferentes interpretações dos poderes causais da anarquia.

Segundo as ideias de Kenneth Waltz no livro *Man, the State, and War*, pode-se entender a anarquia como uma condição de possibilidade para ou causa "permissiva" da guerra, argumentando que "as guerras ocorrem porque não há nada para impedi-las" (WALTZ 1959 p. 232). As políticas domésticas dos estados ou a natureza humana dos indivíduos que fornecem o ambiente ou condicionalidade que força os agentes a reagirem a altura.

Dentro da Teoria da Política Internacional de Waltz as demais teorias de primeira e segunda imagens são desprezadas e entendidas como reducionistas. Assim entende-se que são características da política mundial a ideia de autoajuda e política de poder. Contudo, o desprezo as teorias de primeira e segunda imagens pode ser prejudicial ao entendimento uma vez que elas têm a visão de afirmar que as práticas determinam o caráter da anarquia. As anarquias podem conter dinâmicas que levam a políticas de poder competitivas, mas também não podem, e podemos discutir sobre quando estruturas específicas de identidade e interesse surgirão (WENDT 1992, pp 395).

O Neorealismo entende que o papel da prática no processo de definição do caráter da anarquia é reduzido de forma substancial, argumentando que a autoajuda e a política de poder são naturalmente impostas de forma exógena dentro da estrutura do sistema estatal.

Segundo Wendt (1992) podemos separar os conceitos de autoajuda e anarquia, afirmando que as concepções de segurança e interesse próprio não são propriedades constitutivas da anarquia. Além de mostrar como a política de autoajuda e poder competitivo pode ser produzida causalmente por processos de interação entre estados nos quais a anarquia desempenha apenas um papel permissivo. E assim, introduzir determinantes de primeira e segunda imagem para avaliar seus efeitos na formação da identidade em diferentes tipos de anarquias.

Na visão de Waltz, a estrutura política tem três dimensões: princípios de ordenação (neste caso, anarquia), princípios de diferenciação (que aqui desaparecem) e distribuição de capacidades. Contudo, essa classificação prevê pouco em relação ao comportamento do estado e a forma como a interação acontecerá, esses fatores, diretamente relacionados aos agentes, afetam os interesses de segurança dos estados e, portanto, o caráter de sua interação sob a anarquia (WENDT, 1992).

Stephen Walt (1987) chama a atenção para o termo "equilíbrio de ameaças" no lugar de equilíbrio de poder, presente na teoria de Waltz, como fator determinante para a ação dos Estados e as ameaças sendo socialmente construídas. Por isso, o conteúdo ou a dinâmica da anarquia não pode ser previstos através da definição de estrutura de Waltz, identidades e interesses.

Na visão construtivista de Wendt, a autoajuda se caracteriza como uma estrutura intersubjetiva e tem função decisiva na teoria restando apenas entender se ela é uma característica lógica ou contingente da anarquia. Para tal, o autor desenvolveu o conceito de "estrutura de identidade e interesse" e afirma ainda que nenhum segue logicamente da anarquia.

As teorias sociais possuem um fundamento de que as pessoas agem em busca de um objeto, assim como os atores, levando em consideração os detalhes que esses objetos têm para eles. Os Estados agem de maneira diferente em relação aos inimigos e em relação aos amigos porque os inimigos são ameaçadores e os amigos não. Sendo assim a anarquia e a distribuição de poder são insuficientes para nos dizer qual é qual Wendt 1992, pp 396).

U.S. military power has a different significance for Canada than for Cuba, despite their similar "structural" positions, just as British missiles have a different significance for the United States than do Soviet missiles. The

distribution of power may always affect states' calculations, but how it does so depends on the intersubjective understandings and expectations, on the "distribution of knowledge," that constitute their conceptions of self and other (WENDT, 1992, pp. 376) .

Entende-se assim que o conceito de identidade e interesse, além da compreensão do outro estado, vão alternar a depender de variáveis que estão e são subjetivas e únicas aos estados, e que esses conceitos dependem de eventos e predisposições já existentes para terem sentido entre os agentes. Tais predisposições estão diretamente ligadas a realidade de cada estado e os significados coletivos são responsáveis de constituir as estruturas que organizam nossas ações.

Segundo a lógica de Peter Berger (1966), cada pessoa tem muitas identidades ligadas a papéis institucionais, como irmão, filho, professor e cidadão. Da mesma forma, um estado pode ter múltiplas identidades como "soberano", "líder do mundo livre", "poder imperial" e assim por diante. Dessa forma podemos entender que os atores ganham identidades específicas, com papéis e expectativas relacionada a si e agindo coletivamente segundo suas definições e dentro de um mundo específico e socialmente construído (WENDT, 1992).

Pode se concluir que os atores dentro de uma estrutura preestabelecida desenvolvem e consolidam suas identidades e seu compromisso dentro do meio de forma adaptável uma vez que eles não possuem um portfólio de interesses consigo. Sendo assim seus interesses dentro do processo e da situação são adaptáveis. Uma vez que os interesses e motivações são mutáveis, de acordo com ambiente de interação dos agentes, através da interação e da resignificação das necessidades subjetivas se torna mais complexo a especulação e definição dos papéis dos atores:

The absence or failure of roles makes defining situations and interests more difficult, and identity confusion may result. This seems to be happening today in the United States and the former Soviet Union: without the cold war's mutual attributions of threat and hostility to define their identities, these states seem unsure of what their "interests" should be (WENDT, 1992, pp 399).

Uma instituição é um conjunto ou "estrutura" relativamente estável de identidades e Interesses. Tais estruturas têm força motivacional apenas em virtude da socialização e participação dos atores no conhecimento coletivo. As instituições dependem da fundamentação concebida pelos atores de como é a realidade, ou como o mundo é. O que aproxima a instituição da realidade de seus participantes são além de atos coercitivos, a compartilhada crença na existência das instituições. Estas podem ser classificadas com cooperativas ou conflituosas, e seus conceitos de amizade ou inimizade são definidos de forma subjetiva.

A ideia da autoajuda dentro do sistema anárquico é uma das estruturas compreendidas como naturais uma vez que os atores definem suas identidades dentro do sistema e assim estabelecem como prioridade a suas seguranças individuais em primeiro lugar. Através dessa formação e pluralidade que constitui o significado de anarquia e distribuição do poder, além de reforçar o padrão dos sistemas de segurança que podem variar no grau de extremidade da relação do ator com o conceito de negatividade com a segurança um do outro.

Podemos exemplificar três tipos principais de sistemas de segurança, seguindo o grau de confiança e interação entre os estados; **competitivo**, **individualista** e **cooperativo**. No primeiro se observa alta instabilidade e na concepção realista, atores avessos a interação e propícios a preocupação com os ganhos e perdas relativos, como na lógica hobbesiana de todos contra todos e possibilidade de guerra a qualquer momento. O segundo temos a ideia de atores que são indiferentes a sua própria segurança e a dos outros, caracterizado na lógica neoliberal como agentes preocupados com os ganhos absolutos, dessa forma a distribuição de poder é menos relevante e a ação coletiva se torna mais viável, ainda dependente dos atores uma vez que eles continuam sendo egoístas e o sistema anárquico continua sem a existência de um poder que controle a todos. O último se entende como o oposto de uma autoajuda, tendo em vista que a segurança do outro é tida como responsabilidade de todos e onde os interesses são definidos coletivamente, interesses nacionais são tidos como interesses internacionais.

De acordo com o contexto histórico delimitado no final do sec. XVI e a interpretação construtivista de Wendt (1992), pode-se observar um cenário competitivo no qual os estados nacionais são avessos a interação. Além de evidenciar fatores políticos culturais que diferenciam os atores e servem de motivação e legitimidade para as hostilidades de seus nacionais no sistema internacional da época. Por tanto compreende-

se a relevâncias dos esforços monárquicos da época em estender e fortalecer suas influencias em diversas partes do globo.

Seguindo essa lógica podemos identificar que o construtivismo se apresenta como uma teoria inserida no terceiro debate das relações internacionais caracterizada como uma teoria de via média uma vez que esta se comporta como uma ponte entre as correntes positivas e pós positivas, sendo assim modelo para interpretação de trabalhos das RIs tendo em vista a atenção dada a importância da cultura e das identidades. Ainda assim esta teoria não deve ser entendida como homogênea uma vez que ela se baseia em um modelo de raciocínio em que é possível se identificar diversas versões da teoria dependendo das interpretações dos autores.

2. INFLUÊNCIA EUROPEIA NO MUNDO

Este capítulo deve explicar a respeito do cenário ultramarino de exploração, colonização mercantilista e domínio das rotas marítimas as índias ocidentais e orientais no século XVI, através dos estados europeus, em especial o estado Inglês, Espanhol e Português. Dentro deste contexto será ressaltado o papel das instituições no fortalecimento e legitimação das ações dos estados a nível internacional e para com outros povos e nações. Por fim evidenciar a relevância do papel dos corsários como agentes dos estados dentro da anarquia internacional.

Em agosto de 1499 o rei de Portugal, Manuel I enviou uma carta para o papa, Alexandre VI, quando Vasco da Gama retorna da sua primeira viagem às índias orientais. Nesta carta o rei se auto declarar rei de Portugal, Algarve, d'Aquém e d'Além-mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista da Navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e [...] Índia. Observa-se então que a igreja católica agiu de forma a dar respaldo a monarquia quando o rei reivindicava o domínio das terras e acesso às mesmas. Tal ato se complicaria apenas no momento em que a metrópole tenta impor sua política ultramar (ALENCASTRO, 2000).

Embora presente em três continentes ao final do século dos descobrimentos, 1450-1550, as metrópoles e os conquistadores ibéricos enveredaram por diversos caminhos no intuito de assegurar o controle sobre os nativos e canalização do excedente econômico das conquistas. Assim, o intuito de colonizar seus próprios colonos vai além do método de dominação e das práticas mercantis, traspassado assim o aparelho institucional monárquico. Resta-nos assim entender como o novo reino e outros mares se juntaram ao antigo reino europeu e como o povo europeu fez com que as pessoas de terras remotas trabalhassem para o rei?

Entendia-se neste período que, embora favorável a posição do colonizador frente as tribos sob domínio colonial, tal situação não era suficiente para direcionar totalmente o excedente da produção econômica regional para as metrópoles. Uma vez que os colonos usavam e trocavam seus excedentes econômicos entre si e também para o além mar, mesmo com o surgimento de economia tributária do ultramar, se mostrou praticamente impossível reverter absolutamente tal cenário (ALENCASTRO, 2000).

Entende-se que durante o desenvolvimento das colônias surgiram novas forças mesmo quando o excedente da produção econômica era conquistado, e capturado, pela

teia ibérica. Ou seja a expansão Mercantil não conduziu, necessariamente, um reforço absoluto do poder monárquico. O comércio ultra marítimo e o acesso dos comerciantes fazem surgir novas forças sociais que alteram e dificultam as monarquias europeias no processo de dominação e exploração, além da obediência do colonato.

Dentro do teatro das descobertas existia um enfrentamento entre autoridades, clero e colonos a respeito do controle dos nativos assim como o arrocho da coroa dos territórios ultramarinos. O ambiente sempre foi de instabilidade e medo. Dentro das colônias observa-se conflitos entre colonos, clero, coroa. Onde a influência da igreja dentro da doutrina hispânica, é também observada na América portuguesa. Como exemplo, temos o alvará de 1605 que prescreve o enquadramento dos índios do Brasil como índios de Castela. Exemplo claro este da influência da instituição igreja nas ações estatais, legitimando e incentivando os interesses da coroa e da aristocracia que lucravam em conjunto (ALENCASTRO, 2000).

O Rei Carlos V na metade do século XVI cria uma nova lei que concede soberania aos indígenas, determinando assim, o fim das encomiendas, das concessões indígenas feitas aos conquistadores, além de passagem gradual de todos os nativos a dependência e responsabilidade direta da Coroa. Tal ação ainda pretendia iniciar o processo de pagamento de tributos à coroa. O intuito de tal mudança era que se pudesse constituir a essência imperial do monarca e gradual modificação do cenário americano para um sistema de vínculo de vassalagem, uma vez que, de acordo com o historiador dominicano Bartolomeu de las Casas, o rei espanhol pretendia se consolidar como ‘emperador sobre muchos reyes’. Mudança está que dependia diretamente da adesão dos colonos e assim convalidação dos mesmos frente às autoridades dos ‘senhores naturais’ da terra, neste caso os índios (ALENCASTRO, 2000).

Neste caso espanhol observa-se que a mudança proposta pelo monarca causaria possíveis revoltas e eventualmente, independência e perda do Império. Uma vez que o Rei temia que seus territórios, como Lima no Peru, se tornassem independentes, como Veneza, e livre para se governar. Nesse momento o Rei espanhol decidiu deixar que os conquistadores ficassem com os índios dominados e aceitassem a tributação regida imposta as encomendas, desta forma o Rei impunha sua autoridade e impedia os, eventuais, feudos hereditários (ALDEN, 1996).

Vale agora ressaltar o aparecimento de novos fluxos de trocas dentro da América espanhola com o surgimento de outras minas de prata e ouro. Observa se aqui o uso do

discurso do ‘mito justificador’. Para aqui os exploradores e colonizadores, através da fé católica, entendessem que a dominação e exploração era um direito para pagar os salários de seus evangelizadores, e para exaltar o Deus dos católicos contra os hereges, luteranos, assim como os infiéis, muçulmanos (ALDEN, 1996).

Dentro dos domínios portugueses, existia um tipo semelhante de tática de dominação, exploração e controle das novas terras obtidas. O rei concedia terras e domínio das mesmas, de forma hereditária. Após as guerras no norte da África em 1578, a coroa portuguesa perdeu muito de seu dinheiro, o que levou ao investimento nas capitânicas hereditárias em seus territórios. Tal método de exploração permite a coroa portuguesa manter o controle sobre as colônias, além de economizar dos cofres reais e transferir para os donatários responsabilidade e poderes locais.

Entre os anos de 1592-93, o rei Felipe II investe na mudança das forças de poderes dentro de Angola, principal centro exportador de pessoas escravizadas do Atlântico. O cenário de Angola neste momento se caracterizava na falta de apoio da metrópole, além da tentativa do donatário português Paulo Dia Novais de mudanças na forma de administração aos moldes das encomiendas espanholas. Assim, muito semelhante aos feudos europeus, os colonos conquistadores e os jesuítas recebiam lotes de terras, nativos e rendas em um sistema similar ao das encomiendas Hispano-americanas. Estes feudatários controlavam os chefes nativos, os sobas, que por sua vez cobravam tributos dos nativos da região, os ambundos. Estes conquistadores europeus eram conhecidos como ‘amos’ e recebiam os tributos que na maioria das vezes eram pagos sob a forma de pessoas escravizadas, que eram então vendidas e exportadas para a América (BRAUDEL, 1996).

Para se cumprir as ordens de Filipe II, é enviado à Angola, o governador Francisco de Almeida, nesse episódio ele tinha o dever de acabar com o sistema de amos, contudo os jesuítas e a companhia de Jesus se opõem às ordens do rei. Após 10 meses Francisco de Almeida sofre um motim e regressa a Lisboa sem conseguir implementar a nova forma de controle e dominação que Felipe II almejava para região. No seu lugar, favorável aos jesuítas, Jerônimo assume governo de Angola e suspende as ordens que tinham sido dadas (BRAUDEL, 1996).

Após o incidente Felipe II ordena que a companhia de Jesus entregue as missões religiosas para outra ordem da igreja católica. Então o monarca envia o inquisidor Geral de Portugal, vice-rei, Alberto que também era cardeal e arquiduque. No ano de 1607, A

instituição dos ‘amos’ é novamente proibida pela coroa e o domínio sobre os vassallos passam para o comando da coroa. Os jesuítas então tentam estabelecer alguns privilégios sobre os amos e por fim a coroa ibérica consegue puxar Angola para dentro das correntes atlânticas. Até o ano de 1640 o rei da Espanha concede aos portugueses o monopólio do poder no tráfico de africanos escravizados para América espanhola. Os próprios assentistas aparecem muitas vezes como arrendadores aos contatos dentro de Cabo Verde (BRAUDEL, 1996).

Dentro do oceano Índico, a ação dos europeus se deu de forma distinta, uma vez que os mesmos buscavam zonas de influência e Comércio que antes tinham sido destruídas pelos árabes, como indianos islamizados do Guzerate, importante região produtora de têxtil.

Neste sentido a política europeia nesta região buscava os negócios da China e Índia, assim como fala o autor de peregrinação (1614), os navegadores portugueses trabalhavam com muito afincado e “Contra vento, contra monção, Contra maré e contra a razão’.

No Porto de Goa existia uma disputa entre comerciantes, de um lado os colonos negociantes de portada, denominados casados. Do outro lado, o grupo dos soldados comerciantes itinerantes chamados solteiros, que trabalhavam de forma atacadista e faziam comércio com a China e Japão. Representados no Senado da câmara de Goa, diretamente submetido ao Conselho do estado lisboeta, possibilitou aos casados impor um embargo aos cristãos novos e aos indianos cristianizados que se associavam aos funcionários portugueses nos tratos dos portos asiáticos. Após o incidente, os casados tiveram um veto contra os agentes dos negociantes lisboetas que faziam escambos na Índia.

Outro incidente entre os cristãos novos de Goa e a antiga comunidade judaica de Cochim no centro do desvio da pimenta, jesuítas e autoridades portuguesas lograram fundar o Tribunal da Inquisição de Goa (1560), este por sua vez é O único exemplo de tal ação portuguesa no ultramar.

Ou seja, ser taxado de cristão novo na Índia, poderia ser muito perigoso, porque toda pessoa que quiser argumentar a outro desse defeito, não lhe faltaram testemunhas compradas, assim como prevenia Diego do Couto, historiador português com função de guardador mor da Torre do Tombo de Goa.

Ainda assim, aristocracia militar detentora da autoridade Régia no território de Goa, também chamados de fidalgos (“filhos d’algo”), ou seja os casados, tentam garfar toda a intermediação europeia na Ásia. Fica evidente aqui que a coroa não conseguia tirar proveito desta situação, assim no ano de 1587 a monarquia concede o monopólio do Anil, principal trato de Goa, a um grupo de capitalistas sediados em Lisboa, o que leva a uma revolta entre os casados em Goa.

Um entreposto comercial de Goa costumava ser agitado por motins sempre que a coroa decidia aumentar sua tributação ou capturar as trocas com o Golfo Pérsico e a Ásia, o que ia de encontro aos interesses dos trastes das regionais portuguesas indianas. Tais disputas causaram prejuízos aos negociantes metropolitanos e ao tesouro régio. Na visão de Michael Person, um estudioso histórico desta as revoltas, os intitulados casados sempre posicionavam seus interesses em seu comércio acima de sua fidelidade a coroa (ALENCASTRO, 2000).

Em Moçambique existia um sistema de cooperação com o imperador local e arrendamento de terras e vassalos para os soldados e colonizadores portugueses. Desta forma existe o pagamento em ouro de tributos, à coroa portuguesa para manter suas possessões, e também de marfim e milho provindas dos próprios vassalos ou uma renda em trabalho, mussoco. Observa-se assim que a soberania do Reino de Portugal resvala em Moçambique, contraste com a avassaladora conquista deflagrada em Angola. Em Moçambique as forças regionais conseguem, entre si, manter o poder sobre as terras dentro do cenário de poder regional. Identifica-se que o processo produtivo da coroa portuguesa não consegue redirecionar a seu favor os circuitos regionais de comércio como desejava (FERRO, 1997).

O governo português tinha uma regulamentação de tabela de quanto os escravos valiam e quando eles deveriam cobrar, contudo no oriente essa regulamentação só chegou no século XIX. A administração ainda deixa intocado o processo produtivo e conseguia reorientar a seu favor os circuitos regionais de comércio. Durante muitos anos as trocas permaneceram direcionadas para o Norte de para o Leste em parceria com os árabes de Omã que manobravam o tráfico dentro do golfo Pérsico, configurando o principal mercado consumidor de pessoas escravizadas naquela parte do globo (FERRO, 1997).

Outro método utilizado pela coroa portuguesa nas suas possessões na África era o contrato de prazos. Onde a coroa portuguesa concedia a quem tivesse interesse o domínio da terra e exploração por três gerações. Essa tática portuguesa tinha como intuito

desenvolver explorar a região assim como manter seu domínio sobre a terra e não permitir que se criasse grandes forças regionais intensificadas pelo desenvolvimento das atividades regionais. Também era permitido, com passar do tempo, a herança da terra ser passada para mulheres herdeiras, contudo estas deveriam se casar com um reinol, alguém nascido em Portugal (ALENCASTRO, 2000).

A tática portuguesa acima citada, além de falha, levou as possessões portuguesas a enfrentarem uma situação em que casar-se com uma prazeira, mulher que detinha o direito legal sobre as terras concedidas pela coroa, era tão cobiçado quanto se casar com uma princesa. Nesse sentido temos Dona Catarina de Leitão, grande prazeira de Quelimane, que contraiu núpcias pela quarta vez por volta de 1770, quando completava seus 80 anos de idade. A metrópole portuguesa demorou a assentar sua soberania na região, dependendo assim das autoridades militares locais a regulamentação e manutenção da prática de exploração da terra (ALENCASTRO, 2000).

No Brasil, o governo geral foi estabelecido no ano de 1549, ainda que se mantendo alguns dos privilégios donatários, uma vez que apenas as capitanias de Pernambuco e São Vicente conseguiram algum tipo de sucesso e prestígio. Vale ressaltar também que houve uma mudança na economia de coleta baseada no trabalho indígena e corte do pau-brasil para uma economia de produção fundada nos engenhos de açúcar no escravo africano (ALENCASTRO, 2000).

Desta forma é possível entender que o que a gênese do Império do Brasil e a história da América portuguesa tomam toda sua dimensão através do espaço mais amplo do Atlântico Sul. O desenvolvimento da história colonial não se confunde com a perpetuação do território da colônia, uma vez que as condicionantes atlânticas africanas apenas desaparecem no horizonte do país após a ruptura da matriz espacial colonial com o término do tráfico negreiro no final do século XIX. Por isso existem originalidades e distinções gigantescas na formação histórica brasileira (ALENCASTRO, 2000).

É ressaltado por autores contemporâneos que existiam aspectos inovadores vindos das iniciativas régias, e estes são comparados ao sistema desenvolvido pelas colônias britânicas holandesas, como o sistema lusitano anterior. A administração portuguesa não possuía recursos suficientes para financiar todas as investidas nacionais em busca de novas rotas, terras e riquezas. Como solução para a necessidade que Portugal tinha, assim como Espanha, diversas parcerias econômicas, investimentos privados foram efetuados nos primeiros tempos das descobertas. Dessa forma através do monopólio com

estrangeiros católicos, residentes ou não em Portugal, existiam diversos privilégios análogos aos dos nacionais para transacionar com as colônias. Mais de 2/3 do açúcar produzido no Brasil fora transportado pelos holandeses para Amsterdã até o início do século XVII. Ainda que após a insurreição contra a Espanha em Flandres, Lisboa manteve suas relações cordiais com as províncias unidas, mesmo contrariando Felipe II da Espanha, tio do então rei de Portugal Dom Sebastião (ALENCASTRO, 2000).

Uma tática utilizada pela coroa ibérica para fortalecer seu poder e influência era chamada de “exclusivo colonial”, contudo, a prática de comércio exclusivo com o governo do Reino só foi realmente colocada em prática no ano de 1580 com a união das coroas. Nesse sentido Portugal será arrastado para os conflitos europeus e conseqüentemente atacado no trabalho. A retórica de que os mercadores estrangeiros causam danos ao comércio do rei era ainda reforçada pela retórica de combater as heresias, forma cada vez mais presente da igreja católica como ferramenta de dominação e controle da monarquia (ALENCASTRO, 2000).

De fato, no início da era dos descobrimentos a coroa concedia amplos poderes para os agentes locais e para alguns de seus colonos, após algumas décadas a monarquia revoga algumas destas iniciativas e fomenta o movimento de restauração metropolitana, restringindo desta forma a autonomia dos principais atores da conquista de novos territórios. A coroa assim aprendeu a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano, e os colonos aprenderem que seu comportamento deve coincidir com o do mercado, sendo este do reino. Só assim os monarcas podem coordenar e completar a dominação colonial e sua exploração, como os desejam (ALENCASTRO, 2000).

Com o intuito de repartir e é organizar suas terras para os conquistados e para os que ainda seriam conquistados, o poder imperial se impõe como catalisador do trabalho produtivo, assim como distribuidor de privilégios sociais e precursor da ortodoxia religiosa. Nos séculos XVI e XVII, o último ponto levantado adquire força como elemento principal para controlar seus súditos, no momento em que se considera a influência da contra reforma, e principalmente o peso e Relevância do aparelho ideológico da península ibérica, a mais relevante forma de dominação e controle; a Inquisição (ALENCASTRO, 2000).

Assim como na monarquia espanhola, a coroa portuguesa desfrutava de controle direto ao clero secular, um conjunto de privilégios concedidos pela igreja católica através dos papas aos reis ibéricos. De acordo com esta institucionalização, apenas após consentimento da monarquia a hierarquia religiosa poderia investir nas suas funções uma

vez que a mesma ainda dependia financeiramente da coroa. Ao Rei ainda era permitido proibir a publicação das bulas pontifícias. Sendo assim, o estado tomava para si todos os conflitos religiosos e perseguia assim aqueles que tinham uma vida não permitida pelas regras da igreja, cabendo a Inquisição perseguir, punir, investigar a serviço da igreja do estado (ALENCASTRO, 2000).

Um exemplo da atuação da igreja em defesa dos interesses do estado foi em Cabo Verde quando, a pedido do governador, o bispo da diocese e excomunga em 1613, com apenas uma pena, “todos aqueles que tivessem furtado ou sonogado alguma fazenda da Vossa Majestade”.

Na metrópole, o Tribunal do Santo ofício sempre aparece como uma máquina de guerra da aristocracia contra a burguesia mercantil judaica. Assim como os negociantes cristãos velhos enfrentam rivais me fazem chover denúncias de práticas judaicas, ou do judaísmo (ALDEN, 1996).

Sendo assim, e por meio da força oblíqua da Inquisição, ou talvez do imenso zelo do clero, a igreja ibérica desempenhou um papel duplo. Ela assim, ajudou a consolidar o domínio ao fixar o povoamento colonial nas regiões ultramarinas, e fortaleceu o Império, na medida em que suscita a vassalagem dos povos do além mar ao reino, se mostrando assim uma das ferramentas mais importantes da igreja como instituição (ALDEN, 1996).

Já no caso espanhol o controle do processo de produção e bastante na circulação das matérias e mercadorias. Metais preciosos, os produtos da colônia espanhola na América podiam ser estocados e facilmente transportados no sistema de frotas, encaminhados assim por três portas americanas e por Servilha.

Outra realidade estava presente na Terra de Santa Cruz, onde existia uma concentração das negociações em alguns portos ao longo da costa recém explorada, neles era comum as longas esperas nas compras, armazenagem e transporte de mercadorias, semelhante ao modelo espanhol e que pareciam inadequados a natureza perecível dos bens produzidos. Os portos portugueses secundários espalhados pela costa brasileira também participaram do comércio oceânico, o que complicou a perpetuação do monopólio das trocas em Lisboa ou nos portos oficiais (ALENCASTRO, 2000).

Contudo, a introdução do tráfico de africanos escravizados, assim como o embargo a escravização de indígenas, permitiu enfim que a metrópole portuguesa comandasse, dentro do processo produtivo americano uma vez que os colonos deviam recorrer a metrópole para exportar suas mercadorias, assim como importar seus fatores de produção, neste caso os africanos escravizados. Perpetuando assim o fenômeno da

presença lusitana no espaço sul-Atlântico (ALENCASTRO, 2000).

O cenário internacional entre metrópoles do final do século XVII levou Portugal a armar sua frota de comércio, tendo em vista as instabilidades e recorrentes ataques que os portos e naus sofriam por corsários e piratas independentes. Mesmo carregando o açúcar e ouro brasileiro a Lisboa, as frotas são suprimidas em 1765, uma vez que os colonos e comerciantes locais não mais acreditavam na sua eficácia (ALENCASTRO, 2000).

Portanto, através da ação da metrópole com intuito de colonizar seus próprios colonos, ou seja, redirecionamento dos fluxos econômicos para as malhas metropolitanas, a dinâmica do comércio de pessoas escravizadas modifica de maneira contraditória o sistema colonial. Isto é, os agentes econômicos luso-brasileiros perpetuam-se nas áreas sul-americanas e nos portos africanos que comercializam o negócio mais lucrativo a Coroa (ALENCASTRO, 2000).

Tal cenário dependia das rotas marítimas que possibilitavam as políticas das metrópoles para além-mar, conectavam os colonos, escoavam a produção e cujo controle e segurança definiam o destino dos investimentos privados e dos interesses dos estados. Assim sendo, o domínio de técnicas de navegação, frota marítima, investimentos e disponibilidade de tripulantes experientes compunham a ferramentas que os estados europeus no final do século XVI utilizavam entre si. Tudo com o intuito de impor suas influências como nações e buscar a expansão de seus territórios e domínios.

Desta forma entende-se o interesse da coroa britânica em fortalecer sua marinha que, após o início das guerras anlo-hispaicas, perpetuou sua relevância dentre as demais armadas internacionais e, eventualmente, vencendo a marinha espanhola até então a mais poderosa força bélica em termos de quantidade e eficiência de soldados e navios de batalha.

Para além do poder bélico entre metrópoles, James Lancaster foi um líder e pioneiro inglês na área de exploração e comércio da era Elisabetana, na qual primeira viagem as Índias, em 1591, configurou o embrião para o estabelecimento da *East India Company*, em 1600, de acordo com os relatos de Richard Hakluyt, historiador e diplomata inglês.

3.1. JAMES LANCASTER E O SAQUE DE PERNAMBUCO EM 1595

O presente capítulo versará o histórico do navegador, comerciante e corsário inglês James Lancaster e seu eventual interesse em roubar especificamente a vila de Olinda no século XVI, feito este que o elevou ao patamar de *Sir* inglês.

Os feitos do explorador e navegador James Lancaster estão diretamente ligados às experiências adquiridas ao longo de sua estadia em terras lusitanas enquanto residiu em um núcleo de comerciantes ingleses radicados em Lisboa. Durante os anos que residia na península ibérica desfrutou de um período de prosperidade e desenvolvimento seguido por instabilidades políticas que mudariam seus planos para sempre.

Além de sua experiência na arte da navegação e comércio, Lancaster também possuía profundo conhecimento sobre os assuntos de Portugal, como afirma Martelo (2005) o país lhe servia de morada e entreposto de comércio e aprendizado na navegação. Nascido no condado de Hampshire, em Basingstoke, o jovem inglês passou a infância e parte da vida adulta em Portugal, dentro de um núcleo de mercadores britânicos residentes em Lisboa e integrantes da Spanish Company, empreendimento comercial inglês que atuava na península antes da incursão da guerra anglo-ibérica que afetou definitivamente as relações que os mesmos tinham com os territórios hispano-lusitanos.

Como observa-se na descrição do próprio James: “fui criado entre essa gente, e vivi entre eles como cavaleiro, servi ao lado deles como soldado, e estive estabelecido entre eles como mercador”. Desta forma identifica-se diferentes momentos de sua vivência em terras lusitanas, reforçando assim seus conhecimentos referentes a assuntos portugueses, o que fundamenta suas investidas bem sucedidas nas possessões portuguesas (CLEMENTS, 2010).

No final do século XVI James teve participação como soldado, alistando-se nas tropas portuguesas de apoiadores de D. Antônio, o prior do Crato, que em 1580 defendiam seu direito ao trono português após a morte de D. Miguel que havia deixado a linha sucessória portuguesa sem herdeiro direto. Mesmo com o apoio de soldados e de parte da burguesia portuguesa D. Antônio perdeu a decisiva batalha de Alcântara para Filipe II, rei da Espanha e detentor de recursos financeiros e bélicos muito superiores além de contar com o apoio de grande parte da burguesia lusitana que vê o nascimento do rei Filipe I de Portugal do ano de 1580, dando início assim ao período conhecido como união Ibérica (FRANÇA et al, 2014).

Após os incidentes e a mudança política na península ibérica Lancaster decidiu

voltar à Inglaterra a medida em que conflito entre Espanha e Inglaterra tiveram início. No ano de 1585, Filipe II confiscou todas as propriedades e bens de ingleses instalados na península como forma de retaliar as investidas britânicas. Perdendo tudo o que tinha e de volta terra natal Lancaster, em 1587, começou uma nova fase de sua vida, agora como corsário a serviço da coroa britânica (CLEMENTS, 2010).

O corsário inglês passa a comandar um navio da frota liderada por Francis Drake e equipada de armas e munições pela própria rainha, participa do ataque ao porto espanhol de Cádiz, que resultou em prejuízos à armada espanhola, que se preparava na região para invadir a Inglaterra.

Em outro episódio no ano de 1588, Lancaster ganha o comando do galeão Edward Bonnaventure, ajudando a vencer a Invencível Armada de Filipe II. Na sequência, parte para Portugal ainda na frota liderada por Francis Drake, na qual viajava D. Antônio, pretendente ao trono de Portugal. A investida tinha como objetivo invadir o reino português. A cidade de Torres Vedras foi facilmente invadida pelos soldados ingleses que saqueiam vilas do Algarve e chegam a Lisboa, onde são rechaçados (CLEMENTS, 2010).

Através dos relatos de Edmund Barker e transcrição de Richard Hakluyt, se tem conhecimento da primeira expedição de Lancaster às Índias Orientais no ano de 1591. Tal iniciativa teve um resultado desastroso ao longo de seu percurso, sendo também transcrito pelo escritor Henry May. James ganhou notoriedade também nos trabalhos publicados por Henry Robert que ressaltam seus feitos e eram publicados principalmente em Londres.

Nesta investida Lancaster havia comandado a primeira viagem marítima inglesa ao Índico seguindo o cabo da Boa Esperança, alcançando a Malásia, entre os anos de 1591 e 1594. Ainda que desastrosa e mal sucedida em termos financeiros, a viagem expedicionária de Lancaster ganhou notoriedade uma vez que ela representou para a época um marco britânico na área da navegação, o que possibilitou o início das navegações dos navios elisabetanos na rota marítima das Índias Orientais. Entende-se aqui a relevância dos feitos de Lancaster aos interesses elisabetanos a respeito da rota marítima para a então conhecida 'spice islands' na área do globo mais remota e sob domínio da hegemonia portuguesa, possibilitando assim em um futuro próximo a participação de navegadores ingleses nas, até então, áreas de domínio português. Sendo assim de extrema relevância a criação do primeiro entreposto comercial inglês na região, o que viabilizou o comércio de mercadorias e extensão de influência da coroa britânica no mundo (CLEMENTS, 2010).

Após retornar à Inglaterra e dentro deste contexto, político e pessoal, Lancaster empenha-se em outra empresa ultramarina de longa distância, desta vez para as Índias Ocidentais e sai de Londres com o objetivo de saquear Olinda e o seu porto, a futura cidade do Recife, neste momento apenas uma pequena povoação portuária adjacente à principal vila da capitania. Agora associado a um grupo composto por veneráveis senhores comerciantes da cidade de Londres, que futuramente seriam responsáveis pela fundação da companhia das Índias Orientais, Lancaster recebeu apoio para liderar mais uma expedição marítima, agora destinada a *Fernambuck*.

Desta vez, o empreendimento liderado por James era composto por eminentes mercadores londrinos, entre eles John Watts, vereador e futuro prefeito de Londres, e Paul Bayning, também membro da câmara da cidade, teve como destino a remota e longínqua colônia portuguesa no ocidente, Pernambuco, entreposto marítimo e valiosa área para a coroa ibérica. Tal destino já fazia parte dos planos de Lancaster em sua primeira viagem às Índias Orientais, contudo, durante sua volta a Inglaterra, a tripulação que estava doente e amotinada recusou-se a atender o seu desejo. Sendo assim pode-se concluir que James já possuía informações confiáveis a respeito da colônia e de suas riquezas, o que o levou a cogitar a inclusão da mesma em sua rota militar de assaltos e saques (CLEMENTS, 2010).

Neste sentido podemos observar a extrema importância que o empreendimento ganhou e a atenção aos detalhes que seus mentores tiveram na escolha, indicação e contratação de uma tripulação operacional para realizar tal feito dentro da história corsária.

Os “magnatas” e mercadores londrinos tiveram extremo cuidado ao compor a tripulação da frota com destino à atraente, opulenta e desprotegida capitania pernambucana. Contrataram para a tripulação “homens de sua própria categoria, e não nobres”, opção oposta à de Thomas Cavendish em sua desastrosa viagem ao Brasil. Edmund Barker, amigo pessoal de Lancaster, veterano da viagem ao Oriente e seu companheiro de infortúnio na ilha de Mona, no Caribe, ia novamente como vice-almirante, e John Audley, que viajará com Drake e já estivera em São Vicente, foi nomeado contra-almirante. Iam a bordo dois franceses de Dieppe, que falavam perfeitamente o tupi, e também se juntaria à frota o capitão Randolph Cotton, que estivera no Brasil com Cavendish no comando da *Dainty*. Provavelmente, os pilotos empregados na viagem eram experientes na navegação da costa brasileira, já que manobram e entram no perigoso porto do Recife sem dificuldades. Há indícios de que um deles seria Nuno da Silva, piloto português responsável pelo êxito da circum-navegação de Drake, e na época radicado em Plymouth. O experiente James Lancaster,

parceiro de negócios dos magnatas londrinos, foi eleito almirante da expedição (FRANÇA et al, 2014. pp 49).

A sua disposição estavam 3 navios e 275 tripulantes, assim como munição e suprimentos necessários. A frota de três navios — o Consent, o Salomon e o Virgin —, comandada por Lancaster, com um contingente de 275 tripulantes, saiu de Blackwall, perto de Londres, em outubro de 1594 (CLEMENTS, 2010).

Assim que teve início, a frota do corsário perde de vista um de seus navios, o Consente, contudo seguiu para a ilha de Tenerife, nas Canárias, um dos pontos de encontro combinados em caso de separação da frota. Neste local Lancaster intercepta e captura duas naus portuguesas abarrotadas de vinho. A frota agora segue para Cabo Blanco, no norte da África, onde encontram a Virgin, e são informados pelos tripulantes de que a Salomon, sob comando de Barker, havia retornado para a Inglaterra com os mastros quebrados.

Desta forma o empreendimento contava apenas com dois navios, e a tripulação desacreditada das chances de tomar o porto de Pernambuco, sugere mudança no curso para seguir rumo ao Caribe, onde poderiam mais facilmente atacar e saquear as vilas litorâneas. Todavia, Lancaster insiste que não seria inteligente alterar o curso da viagem antes de procurar pela Salomon nos locais de encontro combinados. Assim a frota segue para Cabo Blanco, onde de fato, encontra a Salomon e seu comandante (FRANÇA et al, 2014).

Ao chegar em Cabo Blanco, os marujos esperavam o restante da frota como combinado, e para surpresa de todos a tripulação tinha capturado e incorporado tudo que precisavam de 24 caravelas e pescueiros portugueses e espanhóis que tiveram a má sorte de encontrar a Salomon. Lancaster então incorpora quatro desses navios à sua frota, assim como um dos que havia tomado em Tenerife, com vistas a poder embarcar parte da mercadoria que pretendia saquear em Pernambuco (FRANÇA et al, 2014).

Além do feliz encontro com Barker e a Salomon a frota corsária, de acordo com os relatos presentes no livro ‘the principal navigations’, tomou conhecimento de uma informação que aguçava ainda mais seu interesse e sua determinação em seguir para o Recife. Os pilotos dos navios haviam informado que um galeão oriundo das Índias Orientais naufragara em Pernambuco, tendo toda a sua mercadoria sido armazenada nos armazéns do porto na cidade baixa. Assim, os tripulantes alegraram-se com as notícias e se recarregam de esperanças para dar continuidade ao empreendimento que se mostrava

mais interessante e motivador (CLEMENTS, 2010).

A embarcação em questão era uma nau repleta de rubis, esmeraldas, diamantes, ouro e uma série de outros produtos orientais vinda da Índia. Chamada de São Pedro, a embarcação fazia parte de uma armada composta de cinco navios que viera a encalhar na costa pernambucana. Ciente disso, Filipe II fizera uma provisão em junho de 1595 para Manuel Mascarenhas Homem (capitão-mor da capitania de Pernambuco de 1596 a 1603) comandar uma frota de urcas com destino a Pernambuco, para resgatar e levar a Lisboa a rica carga (FRANÇA et al, 2014).

Ao longo de todo o período de guerra entre os ingleses e espanhóis apenas 3 embarcações providas da Índia foram capturadas por ingleses, em 1587 e 1601, corsários como Francis Drake e Thomas Cavendish. Pode-se avaliar a sorte de James Lancaster em ter providencialmente as mercadorias da São Pedro esperando por sua frota nos armazéns do Recife (FRANÇA et al, 2014).

Antes de chegarem ao destino, na ilha de Maio, no Cabo Verde, onde construíram alguns artifícios de guerra para o ataque a Recife, encontraram outro corsário, o Edward Fenner com sua *Peregrine* além de três embarcações ibéricas recém capturadas, e também Martin Philips, comandante da *Welcome*, cuja frota contava com uma pinaça e um navio apreendido. Os corsários ingleses se juntaram a Lancaster e, civilizadamente, assinaram documentos estipulando a divisão do butim pernambucano em três quartos para a frota de Lancaster e um quarto para Fenner e Philips (GAMA, 1997).

Na visão do historiador pesquisador e historiador inglês Robert Southey, no seu livro *História do Brasil*, classifica como ‘traição moral’ os planos de Lancaster em saquear Pernambuco, uma vez que tal território fazia parte do país que o acolheu por tantos anos, esta avaliação é frequentemente reafirmada por historiadores luso-brasileiros. Sendo assim, após sofrer grandes perdas financeiras em Portugal e seu meio de vida arruinado após as retaliações espanholas, Lancaster agora era movido pelo ressentimento pessoal e reforçado por um patriotismo genérico.

Observa-se o desprezo e rancor de Lancaster através de um dos relatos da invasão ao porto do Recife, quando, diante do espanto da tripulação por ter se recusado a negociar com portugueses que moravam em Pernambuco, James profere um discurso a respeito do caráter do povo com o qual conviveu durante tanto tempo e que lhe confiscou os bens:

‘Senhores, conheço algo das suas maneiras e da sua natureza. Sei que quando não conseguem vencer pela força da espada, então empregam suas falas enganosas, pois não têm nenhuma fé nem lealdade, e não as usarão a não ser para proveito próprio. Por isso lhes aviso que fiquem alertas, se lhes derem conversa eles nos trairão. No que me diz respeito, me pesaria muito ser enganado por essa gente ou pelos espanhóis do que por qualquer outra nação do me entendem mais do que podeis imaginar (FRANÇA et al, 2014. pp 52).’

Assim sendo, observa-se a relevância de aspectos relacionados a construção das identidades e interesses dos agentes internacionais. Além de ressaltar a forma como estes condicionantes políticos culturais foram utilizados como ferramentas dos Estados Nacionais na busca pelo fortalecimento do poder das instituições e seus interesses. É neste cenário que novos agentes ganham relevância e influência entre as nações em processo de expansão e fortalecimento em todos os continentes.

3.2. RELEVÂNCIA DE PERNAMBUCO E O ATAQUE EM 1595

O longínquo território português das índias ocidentais era, há muito tempo, conhecido pelos ingleses que frequentemente capturavam, através de seus corsários, as naus vindas de Pernambuco e que carregavam a vasta produção de açúcar, na época a mais valiosa mercadoria produzida nas colônias portuguesas. No episódio da derrota da Invencível Armada espanhola pelos ingleses, no ano de 1588, os navios elisabetanos capturaram e incorporaram a frota 34 naus. Além da adição das naus, oficiais e pilotos capturados foram expatriados com suas cargas e interrogados pelas autoridades inglesas com o intuito de fornecer informações privilegiadas a respeito das condições das vilas litorâneas brasileiras (GAMA, 1997).

Os carregamentos dos navios ibéricos, para a época, eram tão preciosos quanto os manuscritos contendo informações de curso navegação referentes às áreas de navegação já exploradas. Sendo assim, tais materiais configuram objeto de necessidade do governo britânico como estratégia de guerra e investimento na navegação ultra marítima. Um destes manuscritos capturado por corsários ingleses foi publicado em Londres e relatava o trabalho de descrição do português mercador português Lopes Vaz que enfatizava as qualidades da rica vila de Olinda: “Pernambuco é a mais importante cidade de toda aquela costa, e tem cerca de três mil casas, com setenta engenhos de açúcar, um grande estoque de pau-brasil e abundância de algodão” (FRANÇA et al, 2014). Assim como observado pelo historiador K. R. Andrews, Pernambuco se mostrava como ‘um macio e suculento’ pedaço do Império de Filipe II e um alvo evidente para os magnatas comerciais, cujos lucros foram diminuídos com a guerra entre Espanha e Inglaterra.

A vila de Olinda ostenta um luxuoso estilo de vida ao lado do maior porto exportador da colônia portuguesa no ocidente, futura cidade do Recife. Tal realidade impressionou o jesuíta português Fernão Cardim a longo de sua viagem por várias capitâneas, em 1584. Cardim encantou-se com “as fazendas maiores e mais ricas que as da Bahia, os banquetes de extraordinárias iguarias, os leitos de damasco carmesim, franjados de ouro e as ricas colchas da Índia”. Na pequena Lisboa, como era conhecida Olinda, conviveu com senhores de engenho “vestidos de veludo e damasco de várias cores, que bebem a cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal”, e foi ali apresentado a chefes indígenas vestidos de “damasco com passamanes de ouro”. Após o término de sua estadia em terras pernambucanas o jesuíta resumiu suas impressões sobre as

extravagâncias da colônia numa frase antológica: “Enfim, em Pernambuco acha-se mais vaidade que em Lisboa” (GAMA, 1997).

No período, a vila de Olinda era como relatado, uma pequena Lisboa, na época com “casas de pedra e cal, vários edifícios públicos, principalmente igrejas e conventos”, entre os quais se destacam, “primando pela magnificência da sua construção, o colégio dos jesuítas, onde se ensinavam humanidades e belas-letas”. Entretanto a produtiva e próspera capitania de Pernambuco não possuía meios eficazes de defesa como fortificações sólidas, companhias militares organizadas ou qualquer outro meio de proteção além dos arrecifes que dificultavam a entrada em seu porto. Assim como Cristóvão de Barros, funcionário e empreendedor da coroa retratou em sua carta ao rei, em 18 de novembro de 1578, alertava sobre “alguns inconvenientes que a mais sólida construção do Recife era “uma casa terrestre sem taipas, que servia de cobrir as peças de artilharia que o senhor da terra tinha ali plantadas”. Apenas após a lucrativa visita de Lancaster que a colônia recebeu duas companhias armadas para a defesa da região, cada uma delas com 220 mosqueteiros e arcabuzeiros, uma sediada em Olinda, outra no porto (GAMA, 1997).

A invasão do corsário James Lancaster a Pernambuco, em março de 1595, foi tão espetacularmente lucrativa que o relato da viagem, quando editado na coletânea *The Principal Navigations* no ano de 1600 (produção literária ufanista da coleção inglesa publicada no auge da hostilidade contra o Império do rei espanhol Filipe II) foi exibido com um longo e triunfante título: *A bem-sucedida e próspera viagem de Mr. James Lancaster, iniciada com três navios e uma galeota em Londres, em outubro de 1594, com destino a Fernambuck* (CLEMENTS, 2010).

Os relatos da viagem enfatizam os feitos e exacerbam a bravura do empreendimento inglês contra as possessões do rei Filipe II, tendo capturado vinte e nove navios e fragatas ao longo da viagem. E tomou de surpresa a dita vila portuária, mesmo sendo bem fortificada e guarnecida - narrativa britânica - e a ocupou por trinta dias, mesmo com os muitos e ousados assaltos dos inimigos, tanto por terra quando por mar, além de derrotar seus perigosos e quase indefensáveis artifícios de fogo. No porto dominado encontrou o rico carregamento de uma nau da Índia que, juntamente com grande abundância de açúcar, pau-brasil e algodão, trouxe consigo, carregando a bordo de quinze navios e barcas (CLEMENTS, 2010).

Às duas horas da tarde, 81 soldados ingleses, extremamente motivados e muito bem armados, fizeram fugir toda a força armada que os esperava na costa, no pequeno

forte que protegia o porto. De acordo com os relatos no livro ‘The Principal Navigations’ foram seiscentos soldados portugueses que bateram em retirada após uma série de acertos e lances de sorte do lado dos invasores. Mas a gente da terra certamente nunca vira algo semelhante e seu único contato mais intenso com ingleses havia ocorrido treze anos antes, quando o navio mercante Merchant Royal passou seis meses negociando pacificamente em Olinda (CLEMENTS, 2010. pp 72).

Os relatos ingleses sobre o dia do ataque reforçam a ousadia, precisão e sorte da investida que ao se aproximar do porto do Recife foi surpreendida duas vezes, a primeira ao avistar três naus holandesas nas imediações do porto, e em seguida quando as mesmas concordaram em não intervir nos planos da Inglaterra, abrindo caminho para o ataque;

‘Quando nosso almirante pulou na água, sendo seguido pelo resto dos homens, logo vieram esses tiros de canhão. Mas, Deus todo poderoso seja louvado, os do forte, amedrontados com o nosso desembarque bem ali nas suas caras, miraram as bocas de seus canhões tão para baixo que atiraram todos os seus tiros na areia, embora, como eu disse antes, a distância entre o lugar onde desembarcamos e a face do forte fosse apenas um tiro de pedra. Desta forma, somente acertaram o tiro que arrancou o braço de um dos nossos, sem nos causar nenhum outro dano, o que foi para nós uma grande dádiva de Deus, pois se aqueles canhões estivessem bem posicionados, muitos de nós teriam perdido suas vidas naquele instante. Nosso almirante, ao ver o que aconteceu, gritou, encorajando seus homens: “Para cima deles! Para cima deles! Tudo (com a ajuda de Deus) é nosso”. (FRANÇA et al, 2014. pp 58)

A fuga dos moradores do assentamento portuário do Recife, que deixaram para trás todos os seus pertences, deu ensejo a uma série de eventos que levariam ao nascimento de uma nova vila chamada de Jaboatão dos Guararapes uma vez que o senhor de engenho português Bento de Figueira distribuir terras a título de aforamento perpétuo como uma das primeiras iniciativas no combate aos invasores ingleses (GAMA, 1997).

Os eventos que seguiram a chegada dos invasores e tomada do porto do Recife e as casas que ficavam ao seu redor, cerca de cem, foram diferentes do que se esperava de um ataque de piratas no século XVI. O que teve curso no território ocupado foi uma bem planejada e eficaz estratégia de defesa do porto e dos navios ancorados, e uma racional organização do transporte das mercadorias dos armazéns do Recife. Como pode se

observar nos relatos do autor das Memórias históricas da província de Pernambuco, “Lancaster, depois da vitória, mostrou tanta prudência, quanto tinha sido o valor que durante a ação apresentará; os seus soldados não cometeram nenhuma desordem pública nem roubo particular, jamais piratas se portaram com tanta ordem e sangue-frio” (GAMA, 1997).

Durante as semanas que se seguiram, ambos os lados do conflito desenvolveram estratégias para derrotar o inimigo. Lancaster então colocou tropas comandadas pelos principais capitães nas imediações do centro da vila do Recife, assim como mosquetes providos com metralha nas pontas sul. Definiu que a vila fosse cercada por paliçadas, com nove pés de altura, erguidas em dois dias pelos ingleses. Para fortalecer as defesas, os corsários ainda construíram um fortim equipado com cinco dos canhões do forte conquistado aos pernambucanos (FRANÇA et al, 2014).

Houve também um importante esquema de sentinelas, soldados armados que patrulhavam em terra e ao longo do rio que dividia Olinda e Recife. Para a proteção no mar foram escalados mosqueteiros a bordo de seis botes, estes faziam guarda a cerca de uma milha dos navios, assegurando assim a posse da vila e do porto, o que prevenia os possíveis ataques da cidade alta.

Mesmo sem conseguir expulsar os inimigos, a vila de Olinda também tomou providências defensivas, ainda que em desvantagem bélicas e operacionais. Através de relatos de historiadores luso-brasileiros, o governo local não dispunha de soldados experientes ou artilharia suficiente, o que resultou em uma convocação, forçada em diversos momentos, de moradores para se revezarem na missão de vigiar a vila de Olinda, os mesmos se dividem em turnos, a contragosto, o que resultou em diversos casos de prisão por abandono de posto e fugas para longe do conflito.

A medida em que os invasores se estabeleciam e se protegiam dos ataques vindos de Olinda, Lancaster envia seu cirurgião para negociar com as urcas holandesas ancoradas no porto. O objetivo era contratar os serviços de transporte dos holandeses para levar os carregamentos a Inglaterra, a proposta foi bem aceita pelos holandeses que decidiram confraternizar com os invasores e ajudar tanto como sentinelas quanto em batalha (FRANÇA et al, 2014).

No quarto dia de ocupação inglesa, os invasores recebem a visita inesperada de piratas e corsários que se juntam ao empreendimento como uma verdadeira empresa multinacional de assalto. Os visitantes eram dois amigos de Lancaster que teve sua vida e de Barker salvas quando ambos foram abandonados, na ilha de Mona no caribe, por sua

tripulação amotinada na volta de sua primeira viagem às índias orientais. Jean Noyer e o almirante de La Rochelle passam a integrar o assalto a Recife (CLEMENTS, 2010).

Após contabilizar todas as mercadorias dos armazéns do Recife, e estando completamente seguros e fortificados, James deu início ao transporte das cargas para os navios. Durante todo o processo não era necessário o trabalho de espões para antecipar os planos de contra-ataque dos pernambucanos, uma vez que tais informações chegavam da maneira mais inesperada. Diversos índios escravizados residentes em Olinda apresentaram-se voluntariamente aos invasores, intencionando aderir ao partido dos estrangeiros, vistos então, como potenciais aliados da causa indígena contra os colonizadores (FERRO, 1996).

O derradeiro conflito entre os pernambucanos e os invasores foi marcado pela morte dos principais homens de confiança de Lancaster, incluindo o vice-almirante Edmund Barker, o contra-almirante Randolph Cotton, seu grande amigo Jean Noyer, o almirante francês de La Rochelle, e de mais 31 dos melhores homens. Segundo Henry Roberts a investida contava com 5 mil portugueses e índios, que tiveram uma sanguinária e cruel batalha (CLEMENTS, 2010).

Por fim os invasores voltaram aos seus navios e de imediato se foi providenciado a partida para o ponto de encontro combinado, quarenta léguas ao norte de Pernambuco para abastecer e seguir rumo a Inglaterra. Com um pouco mais de ajuda da sorte, os ventos que sopram favoráveis a entrada no porto, mudaram de direção e facilitaram a fuga dos invasores ao som dos canhões de Olinda, no trigésimo dia de ocupação na colônia brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou, no seu primeiro capítulo, os aspectos constituintes da anarquia internacional, assim como a natureza que através da lógica construtivista de Wendt são resultado de um construto político social. Levando em consideração as diferentes visões de mundo dos autores, pudemos compreender a complexidade no entendimento do ambiente estudado e de suas condicionantes como centro do debate referente a ação dos estados em um mundo em expansão no primeiro momento da era moderna. O ambiente em constante mudança retratado configura um novo patamar de relevância do conceito e entendimento da anarquia internacional, uma vez que as rotas marítimas se tornam cruciais para as políticas de estados das metrópoles europeias.

Ademais, ao analisarmos o conceito de anarquia dentro da teoria construtivista, podemos observar a extrema relevância de entendimento macro teórico de política internacional, sendo necessário uma análise minuciosa de cada cultura anárquica para posteriormente afirmar a que melhor se encaixa no período estudado. Além de reforçar a relevância do conceito de múltiplo atores como diferencial da teoria para análise do contexto, fugindo do padrão racionalista de estado com único ator, o que se mostrou verídico. Para além, entendeu-se o sistema anárquico constituído na lógica de autoajuda que, segundo Wendt, trata-se de um fenômeno ideacional que permite ser analisado por diversas lógicas, a depender assim da estrutura ideacional que está inserida. Desta forma o autor apresenta três diferentes lógicas possíveis para a anarquia no nível macro político: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, ou anarquia entre inimigos, rivais e amigos, respectivamente. O final do sec. XVI então pode ser interpretado no primeiro cenário anárquico descrito anteriormente onde os Estados Nacionais financiam seus nacionais para interferirem no sistema internacional da época.

Foi exposto no segundo capítulo as dimensões que a influência europeia tinha em todas as partes do mundo conhecido, através das diversas áreas de influencias, comercio e possessões terrestres. Aclarando assim a forma como estas áreas foram conduzidas segundos os interesses das metrópoles e como as forças locais tiveram grande influência no direcionamento dos fluxos produtivos almejados pelas coroas da península ibérica. O papel da instituição igreja também foi ressaltado como ferramenta estatal para legitimação e auxílio no trato dos povos escravizados e colonizados nas colônias. Tal prática reafirma as condicionantes de adaptabilidades que as instituições e agentes

possuem frente as suas identidades e interesses totalmente relacionados ao contexto político social vigente.

O cenário exemplificado reafirma a influência ibérica em diversas regiões e justifica o poder que estas metrópoles possuíam e seus papéis no desenvolvimento da história contemporânea, sendo evidenciado a importância e interesse das demais potências europeias nas rotas e no comércio de além mar, assim como o domínio das técnicas de navegação e segurança das movimentações marítimas. Neste sentido, ficou evidente a extrema importância de marinheiros com conhecimentos de navegação que reinos como Portugal e Espanha possuíam, e por tanto, controlavam as rotas marítimas, tirando proveito assim na exploração e comércio de vastos territórios.

Foi apresentado também o aumento no número de ataques a navios vindos dos territórios americanos por piratas e corsários, principalmente ingleses, que faziam a jornada entre metrópole e colônia ainda mais perigosa. Neste contexto, o terceiro capítulo trouxe a relevância do comerciante, navegador e corsário inglês, James Lancaster, que após viver grande parte de sua vida inserido na sociedade lusitana em meio a comerciantes ingleses radicados em Lisboa, participa dos movimentos locais contra a tomada de poder de Felipe II e finalmente perde todas as suas possessões e investimentos em terras portuguesas com o início da administração da união ibérica.

Foi possível observar que diversos fatores e condicionantes levaram a uma mudança na ação dos Estados, assim como investimentos referentes as novas demandas nacionais que surgiram com a era das navegações. Novos atores surgiram agora como agentes diretos dos interesses da burguesia e aristocracia europeias, que com o apoio da instituição igreja e estado abriram espaço para uma nova relação de poder e relevância dos mesmos. Os corsários então passam a ter papel crucial no futuro das potências europeias que, segundo o exemplo inglês, contratavam os serviços de notórios piratas como parceiros econômicos e agentes do interesse estatal em águas internacionais. Após sua primeira Voyage as Índias orientais, Lancaster recebe patrocínio da Court of Aldermen, governo sênior da City of London Corporation composta por 25 vereadores e pelo lorde prefeito. Com este patrocínio James ataca e saqueia a vila portuária do Recife, situada na parte mais rica e próspera das possessões de Felipe II inimigo de guerra da Inglaterra no período. Ao regressar do empreendimento, Lancaster se torna herói nacional e é nomeado Sir pela rainha, dando início assim a uma série de missões em águas internacionais a pedido da coroa britânica.

REFERENCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Schwarcz, 2000. 271 p.

ALDEN, D. **The making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1996.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOXER, Charles R., **O Império colonial português**. Trad. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAUDEL, Fernand. **THE MEDITERRANEAN AND THE MEDITERRANEAN WORLD IN THE AGE OF PHILIP II**. 2. ed. California: Cambridge, 1996. 731 p. TRANSLATED FROM THE FRENCH BY SIAN REYNOLDS.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CLEMENTS R. MARKHAM (New York) (org.). **The Voyages of Sir James Lancaster to the East Indies**. 2. ed. New York: Cambridge, 2010. 351 p.

COSTA, João Paulo Oliveira e; E, José Damião Rodrigues; OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores, Como Portugal Forjou o Primeiro Império Global**. Recife: Planeta de Livro, 2016.

FERRO, M. **História das colonizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERRO, Marc. **COLONIZATION: A GLOBAL HISTORY**. London: Routledge, 1997. 415 f.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho *et al* (org.). **Piratas no Brasil: As incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. São Paulo: Editora Globo, 2014. 189 f.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da capitania de Pernambuco**. Recife: Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual, 1997. 430 p.

GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. **Constructivism and International Relations Alexander Wendt and his Critics**. 2. ed. Oxon: Routledge, 2006. 269 p.

Martelo, David. **A Dinastia de Avis e a Construção da União Ibérica**. Edições Silabo, abril de 2005.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

USSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. Ângela Domingues, Denise A. Soares de Moura. (Orgs.) 1a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WENDT, Alexander. **Anarchy Is What States Make Of It: The Social Construction Of Power Politics**. Cambridge: University Press, 1992.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: University Press, 1999.